



Despacho n.º 4/2026

Considerando que a vacatura dos cargos de direção intermédia, ocorreu por força da publicação do novo Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Resende, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2026, o qual procedeu à criação de novas unidades orgânicas estruturadas em Departamentos, Divisões e Unidades, redefinindo a arquitetura organizacional, funcional e hierárquica dos serviços do Município;

Considerando que para a prossecução dos objetivos municipais é absolutamente necessário assegurar o normal funcionamento de todos os serviços municipais, conforme estabelecido no Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Resende;

Considerando que a definição da estrutura orgânica dos serviços municipais consubstancia o exercício do poder de auto-organização administrativa do Município, devendo assegurar a adequação entre as atribuições legalmente cometidas, os objetivos estratégicos municipais e os meios humanos e materiais disponíveis;

Considerando que aos cargos de direção intermédia compete, nos termos da Lei e do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Resende, assegurar a definição de objetivos operacionais, a coordenação das equipas de trabalho, a articulação interorgânica, a supervisão da execução das atividades, bem como a gestão racional, eficiente e responsável dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais afetos às unidades orgânicas;

Considerando que os cargos dirigentes se encontram vagos, uma vez que foram criados de novo ou reorganizados, há necessidade de adotar uma solução transitória e imediata de designar dirigentes para assegurarem a gestão, direção e coordenação das atividades, até à nomeação definitiva dos novos titulares dos cargos, por forma a que sejam assumidas as atribuições e competências que cabem a estas novas unidades orgânicas;

Considerando que a continuidade, regularidade, estabilidade e previsibilidade do serviço público constituem princípios estruturantes da atividade administrativa, decorrentes do princípio da prossecução do interesse público, impondo à entidade empregadora pública o dever de prevenir ruturas funcionais e assegurar o normal funcionamento dos serviços, designadamente em contextos de alteração estrutural e reorganização orgânica;

Considerando que o regime de substituição constitui um instrumento jurídico de natureza excecional, temporária e instrumental, destinado a assegurar a continuidade da ação administrativa, a manutenção da cadeia hierárquica e a responsabilização funcional dos serviços, até à conclusão dos procedimentos legalmente exigidos para o provimento definitivo dos cargos dirigentes;

Considerando que por força do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptado à Administração Local pela Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o Tribunal de Contas, no seu Acórdão n.º 33/2023, de 05 de dezembro de 2023, veio clarificar a interpretação do conceito de "vacatura do lugar", constante do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, esclarecendo que o mesmo abrange não apenas situações decorrentes da cessação de comissão de serviço, ausência ou impedimento temporário dos titulares, mas também os casos em que os cargos dirigentes nunca tenham sido anteriormente ocupados, sempre que tal se revele necessário para assegurar a continuidade e regularidade da atividade administrativa;

Considerando que em conformidade com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o exercício de cargos dirigentes em regime de substituição pode ser assegurado por trabalhador que reúna as condições legais de recrutamento para o cargo dirigente a prover, não



resultando da lei qualquer limitação quanto à sua proveniência orgânica, funcional ou ao serviço de origem, uma vez que o legislador se limita a exigir o preenchimento de requisitos objetivos e legalmente tipificados. Considerando que de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a área de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus é a prevista nos n.os 1 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro;

Considerando que está assegurado o cabimento e compromisso da despesa conforme documento n.º 2026/106, compromisso n.º 2026/8, efetuado com base no (cabimento(s): 2026/162; documento n.º 2026/107, compromisso n.º 2026/9, efetuado com base no cabimento(s): 2026/164; documento n.º 2026/108, compromisso n.º 2026/10, efetuado com base no cabimento(s): 2026/166;

Considerando que este ato assegura o princípio estabelecido no artigo 5.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quer em matéria de sustentabilidade financeira, quer em matéria de gestão orçamental equilibrada. Considerando o disposto com os n.os 1 e 3 do artigo 27.º da Lei n.º 02/2004, de 15 de janeiro (versão atualizada), conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (versão atualizada) com o artigo 23.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (versão atualizada) e, ainda, com a alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º (Anexo I) à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeio, em regime de substituição, para exercício de cargos dirigentes os trabalhadores públicos abaixo mencionados por reunirem todos os requisitos legais exigidos para o exercício dos cargos ora nomeados, bem como, por possuírem a competências, a aptidão, a experiência profissional e a formação adequada para exercício destas funções, conforme se pode aferir pelas notas curriculares anexas.

Considerando ainda o disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 02/2004, de 15 de janeiro (versão atualizada), conjugado com o n.º 1 do artigo 154.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, autorizo que os trabalhadores ora designados para os cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus possam, caso pretendam, optar pela remuneração base devida na situação jurídico-funcional de origem que esteja constituída por tempo indeterminado.

1) Diretor de Departamento Municipal - Cargo de Direção intermédia de 1.º grau:

a) Departamento de Desenvolvimento Urbano e Serviços Municipais: Elita Marta da Silva Freitas (Técnica Superior do Município de Amarante);

Nota Curricular

Nome: Elita Marta da Silva Freitas

Habilitações Académicas: Licenciatura em Engenharia Civil; Pós-Graduação em Engenharia Municipal.

Experiência Profissional: Técnica Superior (Eng. Civil) - Município de Amarante (2019 /2026) área da Gestão Urbanística; Técnica Superior - Município de Amarante (2018 /2019) área dos Sistemas de Informação Geográfica; Chefe de Divisão - Município de Resende: Divisão de Serviços Urbanos e Eficiência Energética (2015/2018); Chefe de Divisão - Município de Resende: Divisão de Obras e Planeamento Urbanístico (2007/2015); Chefe de Divisão - Município de Resende: Divisão de Manutenção e Obras Municipais (2004/2007); Técnica Superior Principal - Município de Resende (desde 25 out 2006); Técnica Superior de 1.ª Classe - Município de Resende (2003/2004); Avaliador: Caixa Geral de Depósitos (2002/2005; Técnica Superior de 2.ª Classe - Município de Resende (2000/2003); Estagiária: Município de Resende (1/3/2000 a 12/10/2000); Estagiária: Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos do Vale Douro Norte - Vila Real (1/6/1999 a 29/02/2000.

Formação Profissional: Workshop - Sessão de esclarecimento - RJUE o que vai muda (2025); ReCAP (INA): orientação para o Serviço Público - Técnico Superior (2025); ReCAP (INA): orientação para os Resultados - Técnico Superior (2025); Seminário sobre a aproximação da inteligência artificial às Autarquias Locais: AEDREL (2025); Iniciação aos SIG com QGIS: Natural GIS - Sistemas de Informação Geográfica (2025); Produtividade Digital com Inteligência Artificial: Incurso (2025); Alterações ao RJGT: Incurso (2025), CPA e RJUE, dois mundos que interagem (2025); Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar - como promover comunidades saudáveis (2024); Reforma e Simplificação dos Licenciamentos no âmbito do Urbanismo (2024); Encontros Descentralizados: Tâmega e Sousa (2023); Curso de Formação Profissional de Formação Específica em SCIE, para técnicos municipais - edifícios e recintos da 1.ª categoria de risco (2022); III Encontro Nacional de Infraestruturas de Informação Geográfica "SNIG: Um Sistema Descentralizado Partilhado: DGT (2018); Curso "O Novo Regime de Acesso aos Documentos Administrativos", IGAP (2017); Curso "Sistemas de Informação Geográfica - Quantum GIS 2.16": QualiCAD (2016); Jornadas Douro Sul: AMVDS (2016)



Curso "A Revisão do Regime Jurídico da urbanização e Edificação: uma reforma esperada – DL 136/2014, de 9/9": IGAP (2014); Curso "A Nova Lei de Bases do Ordenamento do Território: um "31" para as Autarquias Locais ou uma Reforma Esperada": IGAP (2014); Curso "Licenciamento Zero": CEFA (2014); Curso "Especialização em Contratação Pública nas Autarquias Locais" CEFA (2014); Sessão Esclarecimento "Sistema de Informação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação": CCDRN (2013); Curso de formação profissional "Gestão de Empresa Agrícola – Planeamento, controlo e análise de investimento": Global XXI consultores (2013); Sessão Esclarecimento "Consciência Fonológica – "Som a Som...aprende-se um grande Dom (2013); Curso de Gestão Pública na Administração Local – GEPAL: CEFA (2013); Curso de formação profissional "Língua Inglesa – relações Laborais – Desenvolvimento": CEFOSAP (2011); Curso de formação profissional "O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial": CEFA (2011); Seminário "O novo regime jurídico de organização dos serviços das autarquias locais": CEFA (2010); Seminário "Os novos decretos regulamentares do RGIGT": DGOTDU (2009); Curso "Património Cultural e Salvaguarda do Património Edificado: Associação de Municípios do Douro Superior (2009); Curso "O Novo Código de Contratação Pública": CEFA (2008); Curso "O novo regime jurídico da urbanização e da edificação": CEFA (2008); Seminário "Contratação Pública – 2ª Edição: CEFA (2008); Seminário "O contrato de empreitadas de obras públicas no âmbito do novo código de contratos públicos": Quadros & Metas (2007); Seminário "Regulamento geral de ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007): Instituto Eletrotécnico Português (2007); Seminário "A nova lei de organização e processo do Tribunal de Contas – Análise prática e impacto na gestão municipal": Quadros & Metas (2007); Curso "Formação para projectistas – Aplicação do novo RCCTE (DL 80/2006)": UTAD (2007); Seminário "Formação prática em RCCTE" ISQ – Instituto Superior da Qualidade (2007); 2.º Seminário de Alta Direcção em Administração Local" CEFA (2004); Curso "Condução todo-o-terreno" Clube 4 x 4 Pajero (2003); Formação de Formadores Sumiba, Gestão Rural, Lda (2001); Curso "Microsoft Access" ADR (2001); Seminário "O novo regime jurídico da urbanização e da edificação" ADR (2001); Curso de "Sensibilização de H. S. T." STAL (2001); Curso "Regime Jurídico de Empreitadas" CEFA (2000); Curso "Regime Jurídico da Urbanização e Edificação" ATAM (2000); Seminário "Loteamento e Obras Particulares – O Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro" Futurforma (2000); XXII Curso de formação profissional para estagiários das carreiras Técnica Superior e Técnica" CEFA (2000); Curso "Projetistas de Redes de Gás, CFPICOP- Norte, (2000); Seminário "Programas para Engenharia Civil" UTAD (1997).

b) Departamento de Administração Geral: António Manuel de Almeida Pinto (Técnico Superior do Município de Resende).

Nota Curricular

Nome: António Manuel de Almeida Pinto

Habilitações Académicas: Licenciatura em direito (ciências jurídico-económicas).

Outras Competências: Formador certificado pelo SNCP/IEFP (EDF 13454/99 DN).

Experiência Profissional: Advogado Estagiário na Sociedade de Advogados "Anabela Mier, Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão e Rui Costa" – Matosinhos (1994/1995); Técnico Superior Jurista – Município de Baião (1995/2000); Chefe da Divisão de Assessorias Técnicas – Município de Resende (2000/2004); Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Promoção Económica – Município de Resende (2004/2008); Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos – Município de Resende (2008/2015); Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial – Município de Resende (2015/2017); Chefe da Divisão Administrativa e de Expediente Geral – Município de Resende (2017/2020); Técnico Superior Jurista – Gabinete de Apoio à Presidência – Município de Resende (2020/...); Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias (2021/...); Responsável pelo serviço de Contra-Ordenações (2023/...); Co-gestor/responsável da Plataforma de Denúncias – RGPDI.

Formação Profissional: Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) - Centro de Estudos e Formação Autárquica; 2º Seminário de Alta Direcção em Administração Local - Centro de Estudos e Formação Autárquica; Curso de Especialização "Contratação Pública nas Autarquias Locais" - Centro de Estudos e Formação Autárquica; Curso de formação "O Código do Procedimento Administrativo e Legislação Complementar" - Comissão de Coordenação da Região Norte; Curso de formação "Fiscalização Prévia pelo Tribunal de Contas" - Centro de Estudos e Formação Autárquica; Curso de formação "Contra-Ordenações" - Instituto de Gestão e Administração Pública; Curso de formação "O Estatuto de Pessoal Dirigente das Autarquias Locais" - Instituto de Gestão e Administração Pública; Seminário sobre "Regulamentos Urbanísticos Municipais" - Centro de Estudos e Formação Autárquica; Curso de formação "Regime Jurídico da Urbanização e Edificação" - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais; Curso de formação "Liderança e Gestão Efetiva de Conflitos" - Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega;



Curso "O Novo Código de Contratação Pública" - Centro de Estudos e Formação Autárquica; Seminário "Regime Geral de Proteção dos Denunciantes - Questões Jurídicas e Aspectos Práticos" - Associação de Estudos de Direito Regional e Local; Curso "Regime Geral de Prevenção da Corrupção - Aspectos jurídicos, práticos e debate" - Associação de Estudos de Direito Regional e Local; Curso "ReCAP: Orientação para o Serviço Público - Técnico Superior" - NAU/INA; Curso de Formação Avançada "Eleições Autárquicas - Aspectos Fundamentais - 2ª Edição" - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

c) Departamento de Recursos Humanos, Educação, Ação Social e Desporto: Rogério José Pinto (Técnico Superior do Município de Resende).

Nota Curricular

Nome: Rogério José Pinto

Habilitações Académicas: Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos; Bacharelato em Administração Autárquica; Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos; Curso de Especialização do Mestrado em Gestão Autárquica.

Outras Competências: Curso de Mediador de Seguros pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Experiência profissional: Técnico Superior (Recursos Humanos), desde 24/06/2020 até à presente data no Gabinete de Apoio à Presidência no Município de Resende; Chefe da Divisão Recursos Humanos e Educação - Município de Resende (2018/2020); Chefe da Divisão Recursos Humanos, Educação e Ação Social - Município de Resende (2011/2018); Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Educação, Ação Social e Desporto - Município de Resende, de 2008/2010; Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e de Assuntos Sociais - Município de Resende (2004 a 02/04/2008) Técnico Superior de 1.ª Classe - Gestão de Recursos Humanos, Município de Resende (2003/2004); Técnico Superior de 2.ª Classe - Gestão de Recursos Humanos, Município de Resende, de 2000/2003; Técnico na Câmara Municipal de Seia, na Divisão de Execução e Serviços Urbanos, seis meses; Técnico Profissional, na Divisão de Obras e Serviços Urbanos, do Município de Resende (1998/2000); Empresário em nome individual (seguros) desde 01/01/2000 a 30/07/2009; Técnico Comercial - Mediador de Seguros Exclusivo (1995/1998).

Formação Profissional: CEPAL - Gestão Pública na Administração Local, CEFA, (2010). 2025 (Nau); Contrualização dos parâmetros de avaliação na plataforma GEADAP - Avaliador e Avaliado; ReCAP: Gestão Integrada de recursos humanos na administração Pública - ReCAP: Orientação para os Resultados - Técnico Superior; APD: Proteger a minha identidade digital : 2.4; RGD para Cidadãos Atentos; ReCAP: Orientação para a Mudança e Inovação - Técnico Superior ; ReCAP: Orientação para a Colaboração - Técnico Superior; Excel : Desenho e Estruturação de Base de Dados - 3.1; ReCAP: Orientação para o Serviço Público - Técnico Superior; Excel : Funções de Estatística: 2.2; Excel: Gestão Avançada de Base de Dados: 3.2; Excel: Funções de Lógica; Excel: Funções de Lógica, Consulta e Referência: 2.4; Webinar (Incurso): O novo regime de Tramitação do Procedimento Concursal na Administração Pública (2023); Webinar (Incurso): Gestão estratégica de Recursos Humanos (2023); Webinar (Incurso): A aposentação na função pública (2023); O Descongelamento das Carreiras da Administração Pública e a Lei de Orçamento de Estado para 2020. IGAP; LOE para 2019, impacto da GRH da Administração Pública, IGAP (2019); LOE para 2018, impacto da GRH da Administração Pública, IGAP, (2018); Regularização dos Precários - Lei n.º 112/2017: Procedimentos e prazos, IGAP (2018); Reforma do Estado e da Administração Pública, IPCA (2016); Jomadas Douro Sul, AMVDS (2016); Impacto da LOE 2017 na GRH da Administração Pública, IGAP (2017); Colóquio da ATAM (2015); Emprego Apoiado - Novas práticas de inclusão, CEFP (2016); Quid jûris, Tâmega e Sousa (2019) CIM Tâmega e Sousa; Curso de gestão de pessoal - Medidata.net (2012); Seminário: Estatuto do Pessoal Dirigente, CEFA (2012); A Gestão de Recursos Humanos, ATAM (2012); Regime do contrato de trabalho em funções públicas, CEFA; Regime Jurídico de organização de serviços das Autarquias Locais, CEFA; Como preparar e conduzir entrevistas de avaliação de competências (Portaria 83-A/2000), IGAP; Novo Regime de Vínculos e Carreiras e Remunerações da Administração Pública, CEFA; Regimes de Vínculos e Carreiras, recrutamento e Remunerações ATAM; Noções básicas do Direito do Trabalho, CEFA; Seminário de Contratação Pública, CEFA; Gestão de Pessoal (2007) Medidata.Net; Gestão de Pessoal (nova versão) Medidata.Net (2008); Regime de faltas e licenças, CEFA; Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, ATAM; Fiscalização Municipal - CEFA; Balanço Social - ATAM; A Agressividade das Causas às Consequências - ISMAI; Sensibilização de Higiene e Segurança no Trabalho - STAL ; Regime Jurídico de Emprego, STAL; Recrutamento e Seleção de Pessoal, ADR; Microsoft Excel - ADR; Regime Jurídico de Emprego, ADR; Estatuto Disciplinar, Internet e Correio Eletrónico, ADR; Access, ADR; Liderança e Gestão Estratégica de Conflitos - ADR; Avaliação de Desempenho, ADR; Higiene e Segurança no Trabalho, ADR; Desenvolvimento Prático e Trabalho em Equipa, ADR; Acidentes de Trabalho e Doenças



Profissionais (Lei nº 100/97), Global Seguros; Curso de especialização em gestão por objetivos- CEFA – 120 horas, de 26/05/2014 a 30/09/2014.

2) Chefe de Divisão Municipal - Cargo de Direção intermédia de 2.º grau:

a) Divisão de Recursos Humanos, Emprego, Saúde, Desenvolvimento e Coesão Social - Cesaltina Maria da Silva Gomes (Técnica Superior do Município de Resende)

Nota Curricular

Nome: Cesaltina Maria da Silva Gomes

Habilitações Académicas: Licenciatura em Direito.

Experiência Profissional: 01/06/2025 - Presente: Funções Públicas no Município de Resende - Técnica Superior (Área Jurídica); 01/03/2022/31/05/2025 - Comissão de Serviço - Chefe de Divisão - Área Administrativa e de Expediente Geral; 30/01/2004 - Presente: Funções Públicas no Município de Resende - Técnica Superior (Área Jurídica); 03/12/2009 - 31/01/2019: Secretária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende; 19/04/2007 - 31/01/2019: Técnica cooptada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Resende; 08/05/2000 - 29/01/2004: Funções Públicas no Município de Resende - Chefe da Repartição de Assuntos Sociais e Culturais; 01/10/1993 - 07/05/2000: Funções Públicas no Município de Resende - Chefe de Secção, nas áreas de expediente geral, arquivo e pessoal, bem como apoio administrativo; 27/05/1993 — 30/09/1993: Funções Públicas no Município de Resende - Funções de coordenação da Secção de Expediente Geral, Arquivo e Pessoal.

Formação Profissional: Pós-graduação em Gestão Autárquica (2009); Curso Alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, CEFA (2014); Ação de sensibilização "Prevenção e Combate à Violência de Género" - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Viseu (2013); Seminário "Desafios para uma Administração Pública de Qualidade" SINTAP (2014); Curso "Elaboração de Atos Jurídicos e Normativos nas Autarquias Locais: os Pareceres e as Informações" – IGAP (2017); O Código dos Contratos Públicos - Revisto (2017); Colóquio de Encerramento do Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública – CEDIPRE (2018); Conferência "A Descentralização Administrativa" - CIM do Tâmega e Sousa (2019); Nova abordagem ao regime especial de expropriação de obras cofinanciadas por fundos comunitários - Quadros e Metas, Consultores de Gestão, Lda (2021); Ação de formação "Elaboração Regulamentar Autárquica" Uma Abordagem Prática - Quadros e Metas, Consultores de Gestão (202); Workshop "Passo a passo para um recrutamento de excelência" - WireAcademy (2023); Curso, destinado a Dirigentes das Autarquias, Desafios do Processo, Adoção e Implementação de um Plano Municipal, da SHL Portugal (2023); Seminário Regime Geral de Proteção dos Denunciantes - Questões Jurídicas e Aspetos Práticos, (AEDREL) – (2023); Seminário em linha "O Acesso aos Documentos Administrativos nas Autarquias Locais" – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (2023), Ação SIADAP- para Avaliadores (2ª Edição 2024) - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais – Fundação FEFAL (2024); 51.º Workshop | Lei dos Denunciantes: Prepare-se para o MENAC - WireAcademy (2024); Esclarecimento da Lei 93/2021 e RGPC - WireAcademy (2024); Sessão informativa "Inteligência Artificial e Direitos Humanos - onde estamos e para onde queremos ir" (2024); Ação online "ReCAP: Orientação para o Serviço Público - Técnico Superior", integrada no Catálogo INA- SIADAP, 2025; Curso breve "Regime Geral de Prevenção da Corrupção - Aspetos jurídicos, práticos e debate" – AEDREL (2025);

b) Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: Joana Alexandra Teixeira Leite Moreira (Técnica Superior do Município de Amarante).

Nota Curricular

Nome: Joana Alexandra Teixeira Leite Moreira.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Arquitetura; Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente; frequenta a Pós-Graduação em Direito da Urbanização e Edificação (CEDOUA); frequenta o Doutoramento em Planeamento do Território na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto tendo concluído as unidades curriculares, encontrando-se em fase de elaboração do projeto de tese.

Experiência profissional: Iniciou a atividade profissional em 2004 como arquiteta estagiária em gabinete privado e, posteriormente, na Câmara Municipal de Amarante, onde colaborou na elaboração e acompanhamento do projeto e da obra da Estação Rodoviária de Amarante. Desde 2006 integra o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Amarante, na categoria de técnica superior (Arquitetura), exercendo funções na Divisão de Gestão Urbanística, assumindo funções de Chefe da Divisão de Gestão Urbanística em regime de suplência, durante as ausências e impedimentos do respetivo titular. No exercício das suas funções, integrou e coordenou diversos grupos de trabalho no domínio do urbanismo e do ordenamento do



território, designadamente: no âmbito da implementação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, no sistema de informação e gestão municipal (MEDIDATA), da elaboração da proposta técnica do Plano de Urbanização da Cidade de Amarante e da adaptação de procedimentos urbanísticos às alterações legislativas introduzidas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Enquanto representante da Câmara Municipal de Amarante, integrou as Comissões Consultivas da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Marco de Canaveses e da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Celorico de Bastos, bem como coordenou e elaborou projetos no âmbito do programa Erasmus+, designadamente os projetos Mind the Missions (2023-2024) e PLAYFUL-ED (2024-2025), financiados pela União Europeia, em colaboração com diversos parceiros nacionais e internacionais.

É autora da implementação de medidas municipais relevantes no domínio da gestão urbanística, nomeadamente a identificação, sistematização e gestão das cedências urbanísticas, o estabelecimento de critérios técnicos uniformes de aplicação do Código Regulamentar Municipal, bem como a elaboração e implementação de minutas e procedimentos normalizados para a análise dos diversos procedimentos urbanísticos, assegurando uniformidade decisória e conformidade legal.

Formação Profissional: QGIS, Natural GIS – Sistemas de Informação Geográfica (2025); Licenciamento de Instalações de Combustíveis, IEP – Instituto Eletrotécnico Português (2025); Avaliações de Impacto Ambiental, CCDR Norte, (2025); CPA e RJUE (2025); Alterações ao RJIGT (2025); RJUE: O que vai mudar? CEDOUA (2025); ReCAP: Orientação para o Serviço Público – Técnico Superior, Instituto Nacional de administração, I. P (2025); ReCAP: Orientação para os Resultados – Técnico Superior Instituto Nacional de administração, I. P (2025); Procedimentos na elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), AD URBEM – APU - Direção-Geral do Território (DGT),(2025); Reforma e simplificação dos Licenciamentos no âmbito do Urbanismo, (2024); Posto de Transformação, Centro de Formação para a Transição energética, (2024); Fórum do Território: Espaço Público, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2022); Formação sobre Instrumentos de Gestão Territorial, CIM TÂMEGA E SOUSA (2022); Defesa da Floresta contra incêndios impactes na vida de planeamento e de gestão urbanística, CEDOUA (2022); Habitação e novas formas de alojamento e habitação especializada, CEDOUA,(2021); Classificação e qualificação dos solos no novo quadro legal, AEDREL (2021);Frequência na Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Urbanismo, CEDOUA,(2017); O novo código do procedimento administrativo, CEDIPRE – Universidade de Coimbra (2015);Licenciamento zero, CEFA (2011); Empreendimentos turísticos, CEFA,(2009); Regime Jurídico de Instalação dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, CEFA,(2009); Formação sobre o Decreto-Lei n.º163/2006 (acessibilidade em edifícios) INR/IHRU(2008); As duas perspetivas do licenciamento industrial: jurídica e Técnica , IGAP (2007);Curso de Avaliação Imobiliária, AO – Ordem dos Arquitetos SRN (2006).

c) Divisão de Educação, Cultura e Turismo, Desporto e Juventude: Nelma Catarina Jerónimo Ribeiro (Técnica Superior do Município de Resende).

Nome: Nelma Catarina Jerónimo Ribeiro

Habilitações Académicas: Licenciatura em Português e Francês (ensino de).

Outras Competências. Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Paus e membro efetivo desde 2018.

Experiência Profissional: Docente de Português e Francês na Escola Secundária Dr. João Araújo Correia, Régua (3. CEB e Ensino Secundário); Realização de estágio profissional na área de Turismo na Câmara Municipal de Resende; Formadora na área de Português pela Associação Empresarial de Penafiel; Técnica Superior de Línguas no Pelouro da Educação, Animação e Cultura da Câmara Municipal de Resende, desde 2006, exercendo as seguintes funções: Docente da AEC de Movimento e Drama; Docente na Sala de Estudo Acompanhado; Coordenação e docente da Oficina de Teatro Eç'agorA; Coordenação das AEC'S, AAAF e do Programa "Férias na Câmara"; Coordenação dos Serviços Educativos do Museu Municipal de Resende; Serviço Técnico no Museu Municipal de Resende, Postos de Turismo e Centro Escolar de Resende; Coordenação e apoio na realização dos eventos culturais, de animação e educação promovidos pelo Pelouro.

Formação Profissional: Gestor de Contrato, IEFP, 2025; Código do Procedimento Administrativo, IEFP, 2025; Suporte Básico de Vida com DAE, Associação Nacional de Emergência Médica, 2023;Clean e Safe Postos de Turismo, Autarquias e Geoparques, Turismo de Portugal, 2020; Clean e Safe Museus, Palácios e Monumentos, Turismo de Portugal, 2020; Seminário Património Cultural Turismo: Gestão e Governança, 2019; Jomadas "Falar de Folclore", Federação de Folclore Português, 2018; Palestra sobre Autismo, Associação Vencer Autismo, 2017; Estratégias lúdico-pedagógicas de promoção de valores em crianças e

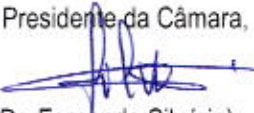
jovens, Município de Resende, 2016; Jogos de Tabuleiro da Rota do Românico, 2016; Ética e Deontologia no serviço público, Fundação CEFA, 2014; Sessão de Esclarecimento sobre a Nova Legislação do Setor de Turismo, Município de Resende, 2012; Curso Inicial de Astronomia, Município de Resende, 2012; A Literacia Estatística ao serviço da Cidadania, RBE, 2012; Conferência Educação Sexual/Planeamento Familiar, Município de Resende, 2011; I Jornada de Museologia, Município de Resende, 2011; Conferência "Não existem famílias perfeitas", Município de Resende, 2011; Dia Europeu da Internet Segura, Município de Resende, 2010; Competências Básicas em Tecnologias da Informação, 2009; Novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações na Administração Pública, CEFA, 2009; I Congresso Nacional de Combate ao Insucesso Escolar, Associação Juvenil para o Desenvolvimento, 2006; Conferência sobre José Régio, Delegação Regional da Cultura do Norte, 2005; VII Encontro Internacional da Reflexão e Investigação, UTAD, 2004; Roteiro Torquiano, Escola Secundária DR. João de Araújo Correia, 2003;

O presente despacho produz efeitos a 14 de janeiro de 2026, data da entrada em vigor do novo Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Resende, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2026, através do Regulamento n.º 24/2026.

Cumpra-se.

Resende, 13 de janeiro de 2026

O Presidente da Câmara,


(Dr. Fernando Silvério)

Tomei conhecimento
13-1-2026
Rogério Pinto

Tomei conhecimento
13.01.2026
António Manuel de Almeida Pinto

Tomei conhecimento.
13/01/2026

Nelma Catarina J. Ribeiro

Tomei conhecimento.
13/01/2026
Cristina

Tomei conhecimento
13/01/2026
Silvia

Tomei conhecimento
13/01/2026
Janaína